



SUA PROVA

Além deste caderno de questões contendo **80 (oitenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de sala uma folha para a marcação das respostas.

As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- **4 (quatro) horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da **folha de respostas**.
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões nem qualquer tipo de anotação de suas respostas.
- **30 (trinta) minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala, **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de questões.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se este caderno de questões está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Na folha de respostas, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchê-las.
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.**
- Assine seu nome apenas no espaço reservado na folha de respostas.
- Confira o tipo do seu caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de questões com tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- O preenchimento das respostas é de sua responsabilidade e não será permitida a substituição da folha de respostas em caso de erro cometido por você.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa prova!

Conhecimentos Gerais

Língua Portuguesa

1

Santa Catarina no Século XIX

Pode-se dizer que Santa Catarina é um estado de imigrantes. Desde o início do século XVI, o estado foi ocupado por indução oficial. Até o século XX, nenhuma motivação econômica havia estimulado o povoamento espontâneo naquela parte do Brasil. Havia pouco pau-brasil, a cana-de-açúcar ficava distante dos centros de distribuição do comércio na Europa, não havia metais preciosos, nem borracha, algodão, café ou tabaco. A definição de limites ao sul do Brasil e a ocupação de espaços demográficos estratégicos foram as grandes razões para o seu povoamento.

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/o_patrimonio_cultural_da_imigracao_santa_catarina.pdf

O segmento que reescreve o trecho sublinhado, **sem** alteração de sentido, é:

- (A) em razão do povoamento da região.
- (B) por causa do povoamento já realizado.
- (C) a fim de que o seu povoamento ocorresse.
- (D) apesar do povoamento da região.
- (E) depois que o povoamento aconteceu.

2



Perfil do Acadêmico

Sexto ocupante da Cadeira nº 35, eleito em 9 de junho de 2022, na sucessão de Candido Mendes de Almeida e recebido em 2 de setembro de 2022 pela Acadêmica Ana Maria Machado.

Cadeira: 35
Posição: Atual

Antecedido por: Candido Mendes de Almeida

Data de nascimento: 22 de Maio de 1951

Naturalidade: Blumenau - SC Brasil

Data de eleição: 9 de Junho de 2022

Data de posse: 2 de Setembro de 2022

Acadêmica que o recebeu: Ana Maria Machado

<https://www.academia.org.br/academicos/godofredo-de-oliveira-neto>

Os gêneros textuais são formas composicionais que se organizam de acordo com finalidades comunicativas e contextos de circulação específicos.

Considerando essas características, assinale a opção que identifica corretamente a função do texto apresentado.

- (A) Narrar a trajetória pessoal do acadêmico, destacando episódios marcantes de sua vida.
- (B) Informar, de forma objetiva e organizada, dados biográficos e institucionais do acadêmico.
- (C) Defender a relevância do acadêmico no campo literário, por meio de argumentos avaliativos.
- (D) Relatar experiências vividas pelo acadêmico em primeira pessoa, com foco subjetivo.
- (E) Explicar o funcionamento da instituição à qual o acadêmico pertence, detalhando suas regras.

3

Saúde SC reforça importância da vacinação contra o Vírus Sincicial Respiratório em gestantes

Com a aproximação do frio, a Secretaria de Estado da Saúde (SES) reforça a importância da vacinação de gestantes contra o Vírus Sincicial Respiratório (VSR). A imunização tem como principal objetivo reduzir complicações respiratórias em bebês nos primeiros meses de vida, como bronquiolite e pneumonia — doenças que tendem a aumentar durante o inverno e podem levar a internações.

<https://saude.sc.gov.br>

A utilização de letras maiúsculas na apresentação do “Vírus Sincicial Respiratório”, em todas as ocorrências no texto, serve para

- (A) indicar destaque informativo dentro do texto, relacionado à relevância do tema abordado.
- (B) ser uma estratégia de destaque para enfatizar a gravidade da doença mencionada no texto.
- (C) apresentar o uso de linguagem técnica, comum em textos da área da saúde.
- (D) corresponder à denominação oficial de um agente viral específico, funcionando como nome próprio.
- (E) marcar a presença de termos estrangeiros incorporados ao vocabulário científico.

4

Observe uma peça de campanha divulgada pela Secretaria do Estado de Turismo de Santa Catarina em 2023.



Fonte: <https://acontecedoaqui.com.br/propaganda/nova-marca-do-turismo-de-santa-catarina-e-apresentada-ao-mercado/>

Na campanha apresentada, a construção de sentidos decorre da articulação entre elementos verbais e não verbais, mobilizando recursos semânticos e visuais para promover o turismo.

Considerando essa relação, assinale a afirmativa que melhor interpreta a estratégia discursiva empregada na peça.

- (A) A imagem de interação entre pessoas destaca o caráter coletivo da cena, enquanto o texto verbal remete à dimensão institucional da campanha turística.
- (B) O uso de formas circulares atua como recurso visual que acompanha o conteúdo verbal apresentado na peça publicitária.
- (C) A expressão “Santa Catarina” cumpre função informativa, contribuindo para a identificação explícita do local promovido na campanha.
- (D) A campanha articula texto e imagem de modo complementar, de forma que o conteúdo visual só pode ser compreendido pela leitura do *slogan*.
- (E) A expressão “um estado de alegria” explora o duplo sentido da palavra “estado”, articulando a ideia de unidade federativa à de condição emocional sugerida pela cena.

5

Leia o texto a seguir.

Vendo-a comer, não entendo os motivos de termos nos separado, agora é tudo tão nebuloso que me perco buscando razões, só que não teve razão alguma. Na época, parecia a coisa certa a fazer... Pergunto a ela o que fiz conosco. Ela larga os talheres no prato. Faz barulho. Atingi algum limite. Me encara por um momento escolhendo as palavras, enquanto passa a língua sob o lábio, tirando alguma coisa dos dentes agora perfeitos, corrigidos pelo aparelho, que não está mais lá, dá uma tragada no cigarro, que morria equilibrado no tampo da mesa, e o recoloca no mesmo lugar com o mesmo cuidado... quase caindo, desafiando os limites, desafiando o equilíbrio - eu sou aquela quase-guimba de cigarro que quase apagava.

SIQUEIRA, Mauro. Pequenas colisões. Rio de Janeiro: Bando, 2025. p.177.

No fragmento apresentado, observa-se a presença de diferentes tipologias textuais articuladas na construção do sentido.

Considerando essa relação, assinale a afirmativa que analisa corretamente o papel do potencial descritivo no texto.

- (A) O texto apresenta predomínio descritivo, com foco na caracterização da personagem, em detrimento do desenvolvimento das ações e da reflexão do narrador.
- (B) O potencial descritivo manifesta-se na caracterização de estados emocionais, assumindo papel central na construção do texto em relação à narração dos acontecimentos.
- (C) A descrição aparece em momentos específicos do texto, produzindo pausas na sequência narrativa e direcionando a atenção para aspectos pontuais da cena.
- (D) O texto apresenta predominância narrativa, mas incorpora sequências descritivas que contribuem para a construção da subjetividade do narrador.
- (E) A descrição acompanha a progressão do texto, conferindo detalhamento às cenas, sem se relacionar diretamente com o conflito central apresentado.

6

Leia o poema a seguir, publicado em 1893 pelo poeta catarinense Cruz e Souza, principal nome do Simbolismo no Brasil.

Acrobata da Dor

Gargalha, ri, num riso de tormenta,
como um palhaço, que desengonçado,
nervoso, ri, num riso absurdo, inflado
de uma ironia e de uma dor violenta.

Da gargalhada atroz, sanguinolenta,
agita os guizos, e convulsionado
Salta, gavroche, salta clown, varado
pelo estertor dessa agonia lenta...

Pedem-te bis e um bis não se despreza!
Vamos! Reteza os músculos, reteza
nessas macabras piruetas d' aço...

E embora caias sobre o chão, fremente,
afogado em teu sangue estuoso e quente,
ri! Coração, tristíssimo palhaço.

<https://www.escritas.org/pt/t/13184/acrobata-da-dor>

No poema, o eu lírico constrói sentidos por meio da mobilização de palavras pertencentes ao campo semântico do universo circense, associado à figura do “palhaço”.

Considerando esse aspecto, assinale a opção que apresenta um termo do texto que integra esse campo semântico.

- (A) Tormenta.
- (B) Nervoso.
- (C) Despreza.
- (D) Piruetas.
- (E) Chão.

7

Leia a notícia a seguir, publicada em abril de 2026.

Juros e cenário exterior afetam mais a economia catarinense

Dois setores pesquisados pelo IBGE, a indústria e os serviços apresentaram retração no primeiro bimestre do ano frente aos mesmos meses de 2025

Há meses que os juros básicos nas alturas, em 15% ao ano, mais o tarifaço dos EUA e outros fatores vêm afetando a economia catarinense, mas os estragos maiores, até agora, apareceram nos dados de janeiro e fevereiro, apurados pelo IBGE. As pesquisas mostraram retração de 6,1% da indústria no primeiro bimestre frente ao mesmo período do ano passado e retração também dos serviços em 1,2%. Somente o comércio ampliado cresceu 2,4% nessa comparação em SC.

A produção industrial de Santa Catarina fechou os dois primeiros meses do ano com recuo de -6,2% frente aos mesmos meses de 2025. As maiores quedas foram na fabricação de automóveis, reboques e carrocerias (-20,4%), produção de móveis (-22,6%) e fabricação de máquinas e equipamentos (-16,5%).

Entre os 14 setores pesquisados pelo IBGE, somente dois tiveram crescimento de vendas no bimestre frente ao mesmo período de 2025, apurou o Observatório Fiesc, da Federação das Indústrias de SC. As altas foram na produção de alimentos (+1,4%) e de produtos de borracha e plástico (+0,4%).

<https://www.nsctotal.com.br/colunistas/estela-benetti/juros-e-cenario-exterior-afetam-mais-a-economia-catarinense>

A respeito da utilização de dados numéricos na notícia apresentada, marque a opção correta.

- (A) Os dados numéricos contribuem para quantificar as informações apresentadas, sem interferir na credibilidade do texto.
- (B) A presença de dados numéricos organiza as informações do texto, pois, sem eles, o leitor poderia ter dificuldades na compreensão textual.
- (C) O uso de dados numéricos confere precisão às informações e contribui para a construção de uma abordagem objetiva e fundamentada dos fatos.
- (D) Os dados numéricos são utilizados para ilustrar as informações, funcionando como exemplos que poderiam ser substituídos por descrições qualitativas.
- (E) A inserção de dados numéricos no texto tem função predominantemente explicativa, voltada à simplificação do conteúdo apresentado ao leitor.

8

Leia o fragmento de texto a seguir.

Sentimento que não espairo; pois eu mesmo nem acerto com o mote disso — o que queria e o que não queria, estória sem final. O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem. O que Deus quer é ver a gente aprendendo a ser capaz de ficar alegre a mais, no meio da alegria, e ainda mais alegre no meio da tristeza! Só assim de repente, na horinha em que se quer, de propósito — por coragem. Será? Era o que eu às vezes achava. Ao clarear do dia.

ROSA, João Guimarães. Grande Sertão: Veredas. São Paulo: Cia das Letras. 2019. p. 293.

No fragmento apresentado, o uso de diferentes sinais de pontuação contribui para a construção de sentidos e para a expressão da subjetividade do narrador.

Considerando esse aspecto, assinale a afirmativa que analisa corretamente o papel desses recursos no texto.

- (A) O uso do ponto e vírgula estabelece relações de subordinação entre as orações, organizando o texto de forma hierarquizada.
- (B) Os dois-pontos introduzem explicações e enumerações, contribuindo para o encadeamento reflexivo das ideias do narrador.
- (C) O travessão é empregado para indicar mudança de interlocutor, caracterizando o texto como diálogo direto.
- (D) Os pontos finais fragmentam o texto em períodos independentes, sem relação com o ritmo ou com a construção de sentido.
- (E) O ponto de interrogação é utilizado para organizar sintaticamente o texto, sem interferir na expressividade da linguagem.

9

Leia o texto a seguir:

Departamento de Libras promove palestra ‘Trazendo a universidade para a vida e vida à universidade’

O Departamento de Libras da UFSC irá promover a palestra “Trazendo a universidade para a vida e vida à universidade” com o educador Fernando Leão (vice-presidente do Instituto Caminho do Meio). O evento será realizado na sala 305 do Espaço Físico Integrado (EFI), 3º andar, no dia 8 de outubro, das 8h30 às 11h30. Haverá interpretação para Libras.

<https://noticias.ufsc.br/tags/departamento-de-libras/>

No texto apresentado, observa-se a predominância de verbos no futuro, como em “irá promover”, “será realizado” e “haverá”.

Considerando o efeito de sentido produzido por essa escolha verbal, é correto afirmar que

- (A) o emprego de verbos no futuro reforça o caráter informativo e prospectivo do texto, anunciando ações previstas para momento posterior.
- (B) o uso predominante de verbos no futuro indica hipótese, sugerindo incerteza quanto à realização do evento anunciado.
- (C) a predominância de verbos no futuro contribui para a construção de um texto narrativo, relatando acontecimentos posteriores ao momento da enunciação.
- (D) o uso do futuro verbal aproxima o texto da linguagem injuntiva, orientando o leitor sobre ações que deverão ser realizadas.
- (E) a utilização do futuro verbal confere subjetividade ao texto, destacando expectativas pessoais do autor sobre o evento divulgado.

10

Leia, a seguir, o trecho inicial do conto “Luz”, do escritor Salim Miguel.

Anoitece.

Seis pessoas: três adultos, três crianças. Os adultos: faixa dos vinte anos. As crianças: a mais nova com menos de seis meses, o mais velho com pouco mais de três anos. Pai, mãe, tio, duas meninas, um menino.

O dia: 18. O mês: maio. O ano: 1927. O local: cais do porto da Praça Mauá. O estado: Rio de Janeiro. O país: Brasil.

Muitos anos depois, já bem velho, o pai gostava de rememorar, de repetir insistindo: a primeira palavra que aprendi em português, que me foi diretamente dirigida, que gravei: luz. Nur.

Cala. Pensa. Concentra-se. Se esforça. Se perde para se achar. Ativada, a memória recua. Busca resgatar o passado. Retirá-lo do mais fundo do tempo. Devassar o escuro abismo. Tornar hoje o ontem.

MIGUEL, Salim. Nur na escuridão [recurso eletrônico]. Florianópolis: Editora da UFSC, 2025, p. 15-16.

Nesse trecho do conto, observa-se uma construção textual marcada por frases curtas e estruturas fragmentadas.

Considerando esse aspecto, assinale a afirmativa que analisa corretamente o efeito de sentido produzido por essa escolha estilística.

- (A) A fragmentação mostra que o narrador tem dificuldade para organizar suas ideias.
- (B) As frases curtas fazem o texto parecer técnico, como se apresentasse dados objetivos.
- (C) A repetição de estruturas torna o texto cansativo e sem progressão.
- (D) A construção em frases curtas reduz a presença de sentimentos no texto.
- (E) A fragmentação cria ritmo mais lento, capaz de representar as lembranças do narrador.

Legislação Institucional do PJSC

11

Nos termos da legislação de regência, o servidor nomeado para cargo efetivo fica sujeito a um período de estágio probatório de três anos de efetivo exercício no cargo para o qual prestou concurso público.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei Estadual nº 6.745/1985, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Serão considerados requisitos básicos do estágio probatório a idoneidade moral, a assiduidade e a pontualidade, a disciplina e a eficiência.
- () A verificação dos requisitos necessários à confirmação no cargo será efetuada por comissão composta de, no mínimo, cinco membros designados pelo titular do órgão.
- () Será suspensa a contagem do período do estágio probatório do servidor afastado a qualquer título, inclusive férias, e o exercício de cargo comissionado com atribuições afins às do cargo efetivo.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) V – F – F.
- (C) V – V – F.
- (D) F – F – F.
- (E) V – V – V.

12

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça, composto por vinte e cinco membros, exerce, por delegação do Tribunal Pleno, competência para processar e julgar originariamente, nos crimes comuns, o vice-governador do Estado, os deputados estaduais e o procurador-geral de justiça.

À luz das disposições do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assinale a opção que indica corretamente a forma de preenchimento das vinte e cinco vagas do Órgão Especial.

- (A) Treze por antiguidade, mediante ato de efetivação do presidente do Tribunal de Justiça, preenchidas pelos membros mais antigos do Tribunal Pleno, conforme a ordem decrescente de antiguidade, nas classes a que pertencerem, vedada a recusa ao encargo; e doze por eleição, mediante votação secreta entre os membros do Tribunal Pleno, convocado especialmente para tal finalidade, vedada a recusa ao encargo, salvo se apresentada manifestação expressa antes da eleição.
- (B) Treze por antiguidade, mediante ato de efetivação do presidente do Tribunal de Justiça, preenchidas pelos membros mais antigos do Tribunal Pleno, conforme a ordem decrescente de antiguidade, nas classes a que pertencerem, admitida a recusa ao encargo; e doze por eleição, mediante votação aberta entre os membros do Tribunal Pleno, convocado especialmente para tal finalidade, admitida a recusa ao encargo.
- (C) Doze por antiguidade, mediante ato de efetivação do presidente do Tribunal de Justiça, preenchidas pelos membros mais antigos do Tribunal Pleno, conforme a ordem decrescente de antiguidade, nas classes a que pertencerem, admitida a recusa ao encargo; e treze por eleição, mediante votação aberta entre os membros do Tribunal Pleno, convocado especialmente para tal finalidade, admitida a recusa ao encargo.
- (D) Por antiguidade, mediante ato de efetivação do presidente do Tribunal de Justiça, preenchidas pelos membros mais antigos do Tribunal Pleno, conforme a ordem decrescente de antiguidade, nas classes a que pertencerem, vedada a recusa ao encargo.
- (E) Por eleição, mediante votação secreta entre os membros do Tribunal Pleno, convocado especialmente para tal finalidade, vedada a recusa ao encargo, salvo se apresentada manifestação expressa antes da eleição.

13

Lucas, chefe de cartório da 1ª Vara Criminal da Comarca Alfa (SC), foi convidado a palestrar perante os novos servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, ocasião em que abordou, dentre outras temáticas, as matérias afetas à sua competência.

Nesse cenário, considerando o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (Foro Judicial), é correto afirmar que compete ao chefe do cartório

- (A) conferir se todos os bens e valores vinculados aos autos, ou que são objeto do litígio, foram devidamente cadastrados e estão com a situação, localização e demais dados atualizados no sistema informatizado do Poder Judiciário.
- (B) verificar, quinzenalmente, nas comarcas em que não houver central de mandados, os mandados não devolvidos dentro dos prazos assinalados e apresentar relação ao juiz da respectiva unidade.
- (C) certificar, na tutela cautelar, o decurso de quinze dias da efetivação da medida sem a propositura da ação ou a dedução do pedido principal e fazer conclusão.
- (D) certificar, nos autos, a ocorrência de feriado local, regional, nacional ou ponto facultativo, bem como qualquer outro fato que possa influir na contagem de prazo processual.
- (E) expedir, a cada noventa dias, relação atualizada dos réus presos, com o número do processo, a fase em que ele se encontra, e encaminhar cópia ao juiz.

14

Na primeira metade do mandato, o 1º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, por questões estritamente pessoais, aposentou-se, ensejando a vacância do cargo e das funções por ele exercidas.

Nesse cenário, considerando as disposições do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, é correto afirmar que, em razão da vacância,

- (A) caberá ao desembargador mais antigo do Tribunal de Justiça assumir as funções da 1ª Vice-Presidência.
- (B) será realizada a eleição do sucessor, no prazo de trinta dias, contado da ocorrência da vaga.
- (C) o Corregedor-Geral da Justiça assumirá o cargo de 1º Vice-Presidente.
- (D) o 3º Vice-Presidente assumirá o cargo de 1º Vice-Presidente.
- (E) o 2º Vice-Presidente assumirá o cargo de 1º Vice-Presidente.

15

O território do Estado, para a administração da Justiça, divide-se em distritos, subdistritos, municípios, comarcas e comarcas integradas, formando, porém, uma só circunscrição para os atos da competência do Tribunal de Justiça.

De acordo com a narrativa, e considerando as disposições do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina, analise as afirmativas a seguir.

- I. A comarca constituir-se-á de um ou mais municípios, recebendo a denominação daquele que lhe servir de sede.
- II. Quando o movimento forense o exigir, a comarca poderá ser subdividida em duas ou mais varas.
- III. O Tribunal de Justiça, para efeito de comunicação de atos processuais, realização de diligências e atos probatórios, poderá reunir duas ou mais comarcas para constituírem uma comarca integrada, desde que haja proximidade entre as sedes municipais, facilidade de comunicação viária e intensa movimentação populacional entre as comarcas contíguas.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

16

Caio, analista jurídico, foi designado para atuar no gabinete de um dos juízes titulares da Comarca de Balneário Camboriú/SC. Dessa forma, o referido agente público, visando à otimização de sua atuação, resolveu estudar a normativa que lhe é aplicável.

Nesse cenário, considerando o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (Foro Judicial), é certo que o gabinete de cada juiz deverá adotar as providências elencadas abaixo, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Primar pela automatização do fluxo processual e dos atos decisórios, otimizando as atividades de cumprimento com o uso das ferramentas disponibilizadas no sistema de tramitação eletrônica de processos.
- (B) Receber os processos e, constatado equívoco ou ausência de movimentação de conclusão, comunicar o magistrado para que esse efetive o ajuste devido.
- (C) Lançar adequadamente a movimentação correspondente ao ato praticado pelo juiz no sistema informatizado.
- (D) Atualizar diariamente a pauta de audiências no sistema informatizado.
- (E) Zelar pelo fluxo regular de processos entre cartório e gabinete.

Ética e Gestão no Serviço Público

17

A sociedade empresária Alfa teria praticado atos lesivos ao Estado Beta, consistentes em alegada fraude à licitação praticada em detrimento da Secretaria de Estado de Educação do Poder Executivo do referido ente federativo. No curso do processo administrativo instaurado para a apuração dos fatos, o representante legal de Alfa cogitou a celebração de ajuste no âmbito da consensualidade de colaboração, conforme disciplina estabelecida na Lei nº 12.846/2013.

Em relação ao ajuste cogitado pelo representante legal de Alfa, é correto afirmar que

- (A) é vedado, considerando a indisponibilidade dos interesses envolvidos.
- (B) deve ser celebrado no plano administrativo e homologado pelo Poder Judiciário.
- (C) exime Alfa, caso celebrado, da obrigação de reparar integralmente o dano causado.
- (D) deve ser celebrado no plano processual, pelo Ministério Público, com a correlata homologação pelo Poder Judiciário.
- (E) independe de homologação pelo Poder Judiciário e não afasta a possibilidade de suspensão ou interdição parcial das atividades de Alfa.

18

João, servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo da Administração Pública indireta do Estado Delta, aceitou vantagem indevida dada pela sociedade empresária Sigma, para que fosse favorecida em determinada licitação.

Para que seja atribuído ato ilícito a Sigma, na perspectiva da Lei nº 12.846/2013, é correto afirmar que

- (A) deve ocorrer a prévia condenação de João pela prática de ato de improbidade administrativa.
- (B) deve ser previamente demonstrada a responsabilidade individual de um dirigente a ela vinculado.
- (C) pode ser perquirida a responsabilização de Sigma, independentemente da culpabilidade de um dos seus dirigentes.
- (D) pode ser perquirida a responsabilidade administrativa de Sigma, independentemente do elemento subjetivo do agir, mas não a responsabilidade na instância civil.
- (E) deve ser demonstrada a existência de cláusula de anuência à responsabilização, no edital da licitação, paralelamente à responsabilização com base na Lei nº 8.429/1992.

19

Maria ocupa cargo de primeiro escalão em determinado ente federativo, na condição de Secretária de Estado. As normas afetas à prevenção e ao tratamento do conflito de interesses nesse ente seguem os balizamentos oferecidos pela Lei nº 12.813/2013.

Maria pretende exercer determinada atividade privada de cunho econômico. Embora o exercício dessa atividade não seja vedado pelas referidas normas, Maria tem dúvida em relação à sua licitude, pois implicaria na prestação de serviços a pessoas jurídicas que têm interesse em decisões de colegiado administrativo do qual ela participa.

Ao analisar a sistemática legal, Maria concluiu corretamente que

- (A) a ausência de vedação legal ao exercício da atividade afasta a possibilidade de ser configurado o conflito de interesses.
- (B) o interesse das pessoas jurídicas nas decisões do colegiado de que Maria participe não configura conflito de interesses.
- (C) o conflito de interesses na situação descrita é afastado, caso Maria esteja em gozo de licença ou em período de afastamento.
- (D) a situação descrita configura conflito de interesses, devendo ser fiscalizada por Comissão de Ética Pública instituída no âmbito do Poder Executivo do ente federativo ao qual Maria está vinculada.
- (E) o conflito de interesses somente estará configurado se Maria divulgar ou fizer uso de informações privilegiadas obtidas no exercício funcional, para viabilizar a prestação do serviço para o qual seja contratada.

20

João e Maria, servidores públicos ocupantes de cargos de provimento efetivo no Estado Sigma, que não se conhecem e jamais praticaram qualquer ato em comunhão de ações e desígnios, respondem a ações de improbidade administrativa com base na Lei nº 8.429/1992, cada qual pela prática dos próprios atos. João desviou recursos públicos enquanto atuava como ordenador de despesas. Maria, por sua vez, revelou fato de que tinha ciência em razão de suas atribuições e que deveria permanecer em segredo, colocando em risco a segurança do Estado.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que

- (A) as condutas de João e Maria podem acarretar a aplicação da sanção de perda da função pública.
- (B) as condutas de João e Maria foram enquadradas em uma tipologia legal de caráter exemplificativo, não taxativo.
- (C) a conduta de João pode acarretar a aplicação da sanção de suspensão dos direitos políticos por até 14 (quatorze) anos.
- (D) a conduta de Maria pode acarretar a aplicação da sanção de vedação ao recebimento de incentivos fiscais por até 12 (doze) anos.
- (E) as ações ajuizadas em face de João e Maria são de autoria do Ministério Público, considerando sua legitimidade privativa nessa seara.

Noções de Informática e Proteção de Dados

21

No que diz respeito às políticas institucionais de privacidade e ao tratamento de dados pessoais no âmbito do Poder Judiciário, analise as afirmativas a seguir.

- I. O tratamento de dados pessoais realizado para fins de atividades jurisdicionais é isento de medidas de segurança e conformidade, as quais devem ser aplicadas exclusivamente às atividades administrativas dos tribunais.
- II. Os tribunais devem designar um Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO) para atuar como canal de comunicação entre o órgão, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
- III. No Poder Judiciário, a responsabilidade pela segurança da informação e pela preservação da confidencialidade dos dados é atribuída exclusivamente aos servidores das unidades de Tecnologia da Informação (TI).

Está correto o que se afirma, apenas, em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

22

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina implementou um sistema eletrônico para gestão processual e atendimento ao cidadão, com o objetivo de aprimorar a prestação jurisdicional e assegurar a conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

Na solução adotada:

- i) dados de partes, advogados e demais usuários são coletados e utilizados para identificação, comunicação processual e tramitação dos feitos;
- ii) informações relativas à saúde, biometria e outros dados protegidos pela LGPD recebem tratamento diferenciado e maior nível de proteção;
- iii) os cidadãos podem solicitar informações sobre o tratamento de seus dados pessoais, nos termos da legislação aplicável;
- iv) o Tribunal define as finalidades e os meios de tratamento dos dados pessoais utilizados em suas atividades; e
- v) empresa contratada é responsável pelo armazenamento e processamento de dados em ambiente computacional disponibilizado ao Tribunal.

Com base nesse cenário, associe corretamente os conceitos da LGPD (Coluna I) às descrições (Coluna II):

Coluna I

Coluna II

- | | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> 1. Dado pessoal 2. Dado pessoal sensível 3. Titular dos dados 4. Controlador 5. Operador | <ul style="list-style-type: none"> () Informações como nome, CPF, endereço eletrônico e telefone, utilizadas para identificar usuários dos serviços judiciais. () Empresa contratada que realiza o armazenamento e o processamento de dados em nome do Tribunal. () Pessoa física a quem os dados pessoais se referem, podendo exercer os direitos previstos na LGPD. () Informações sobre saúde, dados biométricos ou outros dados submetidos à proteção especial pela legislação. () Órgão responsável por definir as finalidades e os meios de tratamento dos dados pessoais utilizados no sistema. |
|--|--|

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 5 – 3 – 2 – 4.
- (B) 1 – 4 – 3 – 2 – 5.
- (C) 2 – 5 – 3 – 1 – 4.
- (D) 1 – 5 – 4 – 2 – 3.
- (E) 1 – 3 – 5 – 2 – 4.

23

No âmbito da Resolução TJ nº 3/2021 do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, o tratamento de dados pessoais deve ser pautado pela observância estrita das bases legais e dos princípios de proteção ao titular. Imagine que uma unidade administrativa do TJSC deseja implementar um novo sistema para o processamento de dados de magistrados e servidores, visando especificamente ao cumprimento de determinações contidas em leis federais e normas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Considerando as diretrizes sobre o ciclo de vida dos dados e as hipóteses de tratamento previstas na referida Resolução e na LGPD, assinale a afirmativa que descreve corretamente a base legal e a conduta correta para esse cenário.

- (A) O tratamento deve ser baseado exclusivamente no consentimento do titular, devendo o sistema ser interrompido caso algum servidor se recuse a autorizar a coleta dos dados.
- (B) O tratamento poderá ser realizado com base no cumprimento de obrigação legal ou regulatória, o que dispensa a coleta de consentimento específico, desde que respeitados os princípios da finalidade e da necessidade.
- (C) Os dados coletados para essa finalidade legal podem ser utilizados posteriormente para qualquer outro fim administrativo, uma vez que o dado já reside nos servidores do Controlador (PJSC).
- (D) O dado pessoal sensível, por sua natureza, não pode ser tratado pelo Tribunal sob a justificativa de obrigação legal, exigindo sempre a anonimização irreversível imediata após a coleta.
- (E) A fase de descarte do ciclo de vida do dado é facultativa para o Judiciário, sendo permitida a manutenção perpétua de dados pessoais em texto claro para fins de registro histórico, sem necessidade de avaliação de descarte.

24

A navegação segura na internet via protocolo HTTPS (*Hypertext Transfer Protocol Secure*) exige uma interação complexa entre hardware, software e protocolos de rede.

Considerando o fluxo de processamento de uma requisição HTTPS em um sistema computacional moderno, é correto afirmar que

- (A) o protocolo HTTPS opera exclusivamente na camada de transporte do modelo OSI, substituindo o TCP para garantir que a criptografia seja processada diretamente pelo hardware da placa de rede (NIC).
- (B) durante o *handshake* do TLS, o sistema operacional utiliza chamadas de sistema para acessar funções criptográficas e gerenciar *sockets* de rede, permitindo que o navegador estabeleça um canal seguro sobre a pilha TCP/IP.
- (C) a criptografia assimétrica utilizada no HTTPS é uma função nativa do *firmware* do roteador, o que desonera a CPU do computador cliente de realizar cálculos matemáticos complexos.
- (D) o endereçamento IP (camada de rede do modelo OSI) é o responsável por garantir a integridade dos certificados digitais, enquanto o protocolo HTTPS gerencia o endereçamento físico (*MAC Address*).
- (E) ao utilizar HTTPS, o sistema operacional desativa a memória virtual para impedir que chaves criptográficas sejam gravadas em disco (*swap*), priorizando o processamento na Unidade de Controle.

25

Um Analista de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça de Santa Catarina foi encarregado de adequar os sistemas corporativos às exigências da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Para reduzir os riscos decorrentes de eventual incidente de segurança envolvendo dados processuais e administrativos, ele adotou duas ações distintas:

1. aplicou um algoritmo para transformar o campo "Informação Sigilosa" em um código cifrado, de modo que o conteúdo original somente possa ser acessado mediante o uso da chave apropriada; e
2. no campo "Nome da Parte", substituiu as identidades reais por códigos alfanuméricos aleatórios, mantendo a tabela de correspondência entre os códigos e as identidades em ambiente segregado e seguro, permitindo que equipes de estatística e inteligência de dados realizem análises sem identificar diretamente os indivíduos, embora a associação possa ser restabelecida pelo Tribunal quando necessário.

As técnicas aplicadas pelo analista nas ações 1 e 2 são, respectivamente,

- (A) Hash Robusto e Pseudonimização.
- (B) Criptografia Assimétrica e Pseudonimização.
- (C) Criptografia Simétrica e Anonimização Irreversível.
- (D) Esteganografia e Tokenização de Sessão.
- (E) Codificação de Base64 e Criptografia de Chave Única.

Direitos Humanos e acesso à justiça

26

O acesso à justiça é direito fundamental, preceituado no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal de 1988, que garante a inafastabilidade da jurisdição. Trata-se de garantia sustentada pelos princípios do contraditório e da ampla defesa, assegurando o devido processo legal.

Considerando a legislação em vigor, é correto afirmar que

- (A) é assegurado a todos, desde que haja o pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- (B) a Constituição Federal veda que haja juízo ou tribunal de exceção, salvo em época de guerra ou estado de sítio decretado.
- (C) ninguém será considerado culpado até a publicação da sentença penal condenatória em Diário Oficial, lançado o nome no rol dos culpados.
- (D) a lei não prejudicará o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, sendo possível que direito adquirido seja alterado por regra resultante de Emenda Constitucional, posterior.
- (E) é a todos assegurada a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

27

A ordem jurídica brasileira prevê mecanismos específicos de proteção destinados à promoção da igualdade e à prevenção de discriminações contra grupos vulneráveis.

Considerando a Constituição Federal, a legislação vigente e a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a afirmativa correta.

- (A) É obrigação do poder público assegurar à pessoa idosa, diversas garantias, entre elas, a prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda.
- (B) A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, salvo o exercício do direito à curatela e à adoção, como adotante ou adotando.
- (C) Nos processos seletivos para ingresso nos cursos de instituições de ensino superior, deve haver atendimento preferencial à pessoa com deficiência, não sendo possível conceder dilação de tempo.
- (D) A Constituição Federal protege a liberdade de consciência e de crença, não sendo assegurada a assistência religiosa aos praticantes de quaisquer religiões, internados em hospitais públicos, diante da laicidade do Estado.
- (E) O Supremo Tribunal Federal, por não equiparar a homofobia e a transfobia ao crime de racismo, não permite aplicar à homofobia as sanções previstas na Lei nº 7.716/1989.

28

No Brasil, as políticas judiciais de inclusão e cidadania são coordenadas, principalmente, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e visam a transformar o Poder Judiciário em um agente ativo na promoção de direitos fundamentais e na remoção de barreiras ao acesso à justiça.

Considerando as normas vigentes sobre essas políticas, assinale a afirmativa correta.

- (A) As pessoas em situação de rua terão assegurado o acesso às dependências do Poder Judiciário para o exercício de seus direitos, salvo se estiverem com vestimentas e condições de higiene incompatíveis com as regras do Tribunal.
- (B) Os tribunais deverão viabilizar atendimento prioritário e desburocratizado às pessoas em situação de rua, não se conferindo atendimento especial a qualquer pessoa, ainda que caracterizada como LGBTQUIA+ ou migrantes.
- (C) Entende-se como mulheres em condição de especial vulnerabilidade econômico-social, as mulheres vítimas de violência física, moral, patrimonial, psicológica ou sexual, salvo as mulheres trans e travestis.
- (D) A Resolução 497/2023 do CNJ instituiu, no âmbito do Poder Judiciário Nacional, à exceção do Supremo Tribunal Federal, o Programa “Transformação”, para fomentar a adoção de políticas afirmativas que reduzam as desigualdades no mercado de trabalho de mulheres de grupos vulneráveis.
- (E) O Programa “Transformação” consiste na reserva, pelos Tribunais e Conselhos, de, no mínimo, 10% (dez por cento) das vagas nos contratos que envolvam prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

29

Os direitos humanos foram consolidados no Brasil mediante a Constituição Federal de 1988, que adotou a dignidade da pessoa humana (Art. 1º, III) como fundamento da República e garantiu a igualdade (Art. 5º) sem distinções. Esses princípios norteiam o Estado Democrático de Direito, assegurando proteção contra arbítrios, além de direitos fundamentais, sociais e mecanismos de inclusão.

Considerando as disposições constitucionais relativas aos direitos e garantias individuais, assinale a afirmativa correta.

- (A) A liberdade de consciência e de crença é inviolável, assegurado o livre exercício dos cultos religiosos, não sendo garantida a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- (B) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo adentrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia ou noite, por determinação judicial.
- (C) O sigilo da correspondência é inviolável, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- (D) Todos podem reunir-se pacificamente, ainda que armados, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- (E) É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz ou de guerra, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

30

No ordenamento jurídico brasileiro, a proteção dos direitos fundamentais decorre tanto das normas constitucionais quanto dos tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil. Além disso, os direitos e as garantias fundamentais possuem aplicação imediata, nos termos da Constituição Federal, independentemente de regulamentação para produzirem efeitos.

Considerando as disposições da Constituição Federal e dos tratados internacionais de direitos humanos incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os tratados de direitos humanos ratificados após a Emenda Constitucional nº 45/2004 com quórum qualificado (dois quintos, dois turnos, duas casas) equivalem a emendas constitucionais.
- (B) O Supremo Tribunal Federal não admite a utilização do Pacto de São José da Costa Rica para servir de fundamentos a determinadas decisões, como no caso da prisão civil do depositário infiel.
- (C) Os tratados de direitos humanos ratificados pelo rito comum, por maioria absoluta, possuem hierarquia superior à das leis ordinárias e inferior à da Constituição Federal.
- (D) Os juízes brasileiros devem verificar se as leis internas estão em conformidade com os tratados internacionais de direitos humanos, priorizando a norma mais favorável.
- (E) Ainda que haja inércia de autoridades estaduais, não é permitido à Justiça Federal assumir a competência para processar e julgar casos de graves violações de direitos humanos.

Conhecimentos Específicos

Psicologia e Desenvolvimento Humano

31

Tomando por referência a perspectiva sócio-histórica de Silvia Lane, assinale a afirmativa que apresenta corretamente a noção de grupo.

- (A) O grupo coeso ou estruturado é ideal, pois os processos de interação tornam-se circulares.
- (B) Todo grupo exerce a função de manter as relações sociais desenvolvidas em decorrência das relações de produção.
- (C) A função do grupo é definir papéis e garantir a produtividade social, disseminando valores de bem-estar e harmonia coletiva.
- (D) O grupo é uma condição necessária para conhecermos as determinações sociais que agem sobre o indivíduo e sua ação como sujeito histórico.
- (E) A dicotomia real entre Indivíduo e Grupo possibilita compreender que toda ação transformadora da sociedade só pode ocorrer quando indivíduos se agrupam.

32

Jacques Lacan, em *Os Complexos Familiares*, destaca a relação entre a formação do indivíduo e a organização cultural, propondo três etapas fundamentais do desenvolvimento psíquico.

Essas etapas, que se iniciam com a imagem materna, passam pela relação imaginária com o outro e culminam na triangulação familiar, são denominadas

- (A) fase oral, anal e fálica.
- (B) complexo de desmame, de intrusão e de Édipo.
- (C) fase oral, castração e complexo de Édipo.
- (D) complexo de desmame, de Édipo e latência.
- (E) fase narcísica, fálica e castração.

33

A fim de discutir os processos de exclusão, a autora Bader Sawaia adota a noção de dialética exclusão/inclusão e busca superar a moralização do indivíduo em razão de sua situação social.

Com base na perspectiva da autora, assinale a afirmativa correta.

- (A) É no sujeito que se manifestam as várias formas de exclusão, sendo este capaz de, por si mesmo, superá-las.
- (B) A exclusão é um processo complexo, configurando um estado no qual o preconceito de raça prevalece sobre o de classe, idade e gênero.
- (C) A preocupação central das pessoas excluídas é a sobrevivência, em detrimento dos aspectos emocionais e afetivos.
- (D) O sofrimento da exclusão tem gênese causal no indivíduo, sendo secundárias as intersubjetividades delineadas socialmente.
- (E) É preciso associar duas estratégias no enfrentamento da exclusão, uma de ordem material e jurídica, e outra de ordem afetiva e intersubjetiva.

34

Alberto, 80 anos, professor aposentado, está apresentando sintomas da doença de Parkinson e decidiu fazer um testamento vital, declarando que não quer ser submetido a intervenções médicas invasivas para prolongamento de sua vida caso não seja mais capaz de se comunicar. Alberto justificou que teve uma vida plena e produtiva e quer poder morrer em paz e com dignidade.

Considerando a teoria do psicólogo Erik Erikson sobre o desenvolvimento psicossocial, é correto afirmar que

- (A) a opção pelos cuidados paliativos revela a sublimação dos instintos autoagressivos do idoso.
- (B) Alberto não aceita a perda da autonomia decorrente de sua doença do neurodesenvolvimento.
- (C) Alberto demonstra ter resolvido com sucesso o conflito entre integridade do ego e desespero.
- (D) a doença de Parkinson acelera o declínio cognitivo característico dessa fase do desenvolvimento humano.
- (E) Alberto evidencia traços depressivos ao optar pelo suicídio assistido em suas diretivas antecipadas de vontade.

35

A institucionalização prolongada de crianças em tenra idade traz repercussões emocionais que impactam o desenvolvimento global ao longo da vida. O psicanalista René Spitz descreveu um quadro caracterizado por graves alterações físicas e psíquicas em bebês, decorrentes da privação afetiva total, podendo levar à morte da criança.

A esse quadro extremo, Spitz deu o nome de

- (A) hospitalismo.
- (B) depressão anaclítica.
- (C) transtorno de desapego.
- (D) posição maniaco-depressiva.
- (E) síndrome de privação materna.

36

Em 2026, o Brasil realizará eleições para cargos dos Poderes Executivo e Legislativo, em âmbito nacional e estadual. Adriana, 19 anos, possui diagnóstico de deficiência intelectual e cursou até o primeiro segmento do ensino fundamental.

Considerando essa situação, é correto afirmar que

- (A) a legislação brasileira veda a participação de pessoas com doença mental nas eleições.
- (B) Adriana precisará de adaptações razoáveis nas urnas para exercer o capacitismo de votar.
- (C) as barreiras atitudinais fomentam a inclusão de pessoas com deficiência nos espaços comunitários.
- (D) os direitos civis de Adriana, como votar e se casar, não são afetados por sua deficiência intelectual.
- (E) Adriana conseguirá votar se for disponibilizada tecnologia assistiva para sua mobilidade.

37

O testemunho de dezenas de moradores de prédios vizinhos sobre o ataque e a morte da jovem Kitty Genovese, nos anos 1960, tornou-se um caso paradigmático para a Psicologia Social, especialmente pelo fato de que nenhuma intervenção ocorreu durante o episódio.

Sobre o caso apresentado, avalie as afirmativas a seguir.

- I. A probabilidade de uma vítima receber ajuda diminui à medida que aumenta o número de espectadores, pois cada indivíduo tende a supor que outro intervirá.
- II. A inação não decorre necessariamente de falta de empatia, mas de um fenômeno social complexo em que a presença de outros influencia o comportamento, podendo levar à difusão de responsabilidade.
- III. O medo de errar ou passar vergonha – medo da avaliação do grupo – faz com que as pessoas hesitem em agir.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

38

Paula é professora de classe do Ensino Fundamental 1 e percebeu empiricamente que seus alunos conseguem aprender mais rápido novas competências quando são colocados para fazerem os trabalhos em duplas, pois a interação social com pares mais aptos permite a troca de experiências e o aprendizado.

Ao desenvolver essa estratégia, a professora está colocando em prática o conceito de Lev Vygotsky sobre a

- (A) Zona de Desenvolvimento Real.
- (B) Zona de Desenvolvimento Proximal.
- (C) Zona de Competência Capaz.
- (D) Zona de Desenvolvimento Mediada.
- (E) Zona de Competência Possível.

39

Enzo tem três anos e apresenta características típicas do egocentrismo infantil na interpretação do mundo a partir de sua própria vivência, atribuindo responsabilidade ao mundo inanimado por coisas que lhe acontecem. Como exemplo, recentemente chamou a rua de boba por ter tropeçado e caído nela.

Os comportamentos de Enzo são descritos por Piaget como parte do estágio

- (A) sensório-motor.
- (B) pré-operacional ou simbólico.
- (C) operatório-concreto.
- (D) operatório-formal.
- (E) da Iniciativa *versus* Culpa.

40

Em um dos estudos pioneiros sobre estigma, Erving Goffman sustentou que

- (A) o estigma é um atributo intrínseco, derivado da falha em atingir a um desejo interno.
- (B) o estigma surge da competição real entre grupos por recursos escassos (emprego, poder, território).
- (C) as prisões e os hospitais psiquiátricos funcionam como instituições totais que moldam a identidade dos internos.
- (D) a exclusão social não tem relação com o estigma e o preconceito, mas deriva de mérito pessoal.
- (E) a seletividade penal opera como um mecanismo de diminuição das desigualdades sociais.

Psicologia Clínica e Avaliação

41

Segundo Sándor Ferenczi, para que um trauma seja patogênico, é necessário haver dois momentos. O primeiro corresponde à confusão entre a “linguagem da ternura” da criança e a “linguagem da paixão” do adulto, produzindo um estado de comoção psíquica pela impossibilidade de compreensão da experiência de choque. Contudo, é o segundo momento que determina o caráter propriamente traumático, podendo levar à clivagem do Eu na criança.

Ferenczi denomina esse segundo momento de

- (A) inibição.
- (B) recalque.
- (C) castração.
- (D) forclusão.
- (E) desmentido.

42

Freud articula, no campo da técnica psicanalítica, um tipo de inferência do analista que se organiza em forma de narrativa sobre aspectos da história infantil do analisante, apoiando-se em interpretações parciais previamente construídas. Essa construção visa suprir as lacunas da lembrança e constitui um trabalho preliminar do analista em relação ao processo do analisante.

O enunciado descreve o trabalho de

- (A) catarse.
- (B) construção.
- (C) técnica ativa.
- (D) associação livre.
- (E) abstinência do analista.

43

No campo da entrevista clínica de orientação psicanalítica, considera-se um processo constitutivo do tratamento em que os desejos inconscientes do analisando, relacionados a objetos externos, tendem a se repetir na figura do analista, que passa a ocupar a posição desses diversos objetos.

Trata-se do fenômeno de

- (A) devaneio.
- (B) transferência.
- (C) perlaboração.
- (D) lembrança.
- (E) passagem ao ato.

44

A psicopatologia estuda as alterações dos processos psicológicos básicos, cujas disfunções constituem critérios.

De acordo com o DSM-5, os transtornos psicóticos apresentam como características diagnósticas centrais alterações de

- (A) humor e memória.
- (B) motivação e cognição.
- (C) atenção e aprendizagem.
- (D) percepção e pensamento.
- (E) personalidade e comportamento.

45

Claudia, advogada, apresenta crises de ansiedade em ambientes fechados e evita utilizar elevadores. Ao ser contratada para trabalhar em um escritório localizado no 20º andar de um edifício comercial, procurou uma psicóloga que utiliza a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC).

Considerando a técnica da dessensibilização sistemática empregada no tratamento de fobias, assinale a afirmativa correta.

- (A) Claudia será estimulada a rememorar a situação original traumática de ter ficado presa no elevador em sua infância.
- (B) A psicoterapeuta ajudará Claudia a questionar os pensamentos catastróficos que a invadem cada vez que entra em um elevador.
- (C) Claudia se forçará a entrar no elevador e a subir e descer várias vezes até se acostumar e superar a sensação de pânico.
- (D) Claudia aprenderá estratégias de *mindfulness* para não deixar seu pensamento e sentimentos se afastarem da experiência objetiva presente.
- (E) Claudia será acompanhada na aproximação progressiva da situação temida, enquanto se promove a redução de seu nível de ansiedade ao longo do processo.

46

No processo de avaliação psicológica, as entrevistas desempenham um papel fundamental em todas as suas etapas. Marcelo, de 10 anos, está sendo submetido a uma avaliação psicológica conduzida pela psicóloga Erika, a pedido da escola, em razão de dificuldades de concentração e aprendizagem.

Acerca da entrevista devolutiva nesse contexto, analise as afirmativas a seguir.

- I. Para a entrega do laudo psicológico, é dever da psicóloga realizar ao menos uma entrevista devolutiva aos responsáveis legais da criança.
- II. Na entrevista devolutiva, serão indicadas as possibilidades de encaminhamento ou de continuidade dos serviços psicológicos, além de outras orientações.
- III. Erika será responsável pelo uso do laudo pelos pais de Marcelo e pela escola após a entrega do documento psicológico.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

47

Renato encontra-se em situação de rua em consequência do uso de crack. Sobre essa substância psicoativa e seus efeitos, avalie os as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeiro e (F) para a falso.

- () O crack é uma substância depressora do Sistema Nervoso Central.
- () A intoxicação aguda pelo crack causa agitação psicomotora e paranoia.
- () A tolerância ao crack induz o usuário a aumentar o consumo da substância.
- () A fissura pela droga é um dos sintomas da síndrome de abstinência.

As afirmativas são, respectivamente, segundo a ordem apresentada, é

- (A) V – V – V – V.
- (B) F – V – V – V.
- (C) F – F – V – F.
- (D) V – F – F – F.
- (E) V – F – F – V.

48

A avaliação psicológica é uma etapa obrigatória e eliminatória em alguns concursos públicos, destinada à identificação de candidatos cujos perfis sejam compatíveis com as exigências de cargos específicos.

Sobre a avaliação psicológica, nesse contexto, é correto afirmar que

- (A) os testes psicológicos projetivos constituem o instrumento por excelência para a aferição das competências técnicas dos candidatos.
- (B) a testagem psicológica constitui método exclusivo de avaliação, por evitar a subjetividade inerente às entrevistas.
- (C) a avaliação psicológica tem, também, a finalidade de realizar psicodiagnóstico com o objetivo de identificar psicopatologias.
- (D) a banca examinadora responsável pela avaliação psicológica deverá encaminhar para tratamento psicoterápico os candidatos considerados inaptos para o cargo.
- (E) o candidato considerado inapto, em razão de características psicológicas restritivas ou impeditivas para o exercício do cargo, tem direito à entrevista devolutiva, na qual lhe serão esclarecidos os motivos da inaptidão.

49

Assinale a afirmativa correta a respeito da Psicologia Humanista.

- (A) Faz uso de técnicas que objetivam mudar comportamentos ou pensamentos disfuncionais.
- (B) Valoriza a experiência presente e a percepção consciente do indivíduo.
- (C) Defende o papel do ambiente e das experiências sociais na modelagem da subjetividade.
- (D) Considera o impacto de traumas infantis inconscientes no comportamento.
- (E) Procura, nas experiências passadas, as origens do sofrimento psíquico atual.

50

Marília deu à luz ao seu filho, Thiago, há quatro meses e, por cerca de duas semanas depois do parto, sentiu-se sobrecarregada, ansiosa e com dificuldades para dormir, chorando constantemente. Atualmente o quadro já foi superado.

Apesar da delicadeza e complexidade do processo psicodiagnóstico, é correto afirmar que os comportamentos de Marília são indicativos de

- (A) *baby blues*.
- (B) depressão pós-parto.
- (C) depressão puerperal.
- (D) psicose puerperal.
- (E) puerpério tardio.

51

Maurício é psicólogo escolar e, diante de dificuldades de interação entre algumas crianças, passou a sentar-se próximo a elas durante o recreio para observar seus comportamentos sociais. Sem interagir com as crianças, ele registra e analisa suas observações, com o objetivo de posteriormente planejar intervenções no ambiente escolar.

Nessa situação, a atuação do psicólogo caracteriza-se como

- (A) observação controlada.
- (B) observação de campo.
- (C) observação participante.
- (D) observação laboratorial.
- (E) observação ativa.

52

Júlia irá se aposentar como psicóloga do DETRAN após anos de trabalho na instituição.

Com relação às avaliações desenvolvidas pela psicóloga, podemos afirmar corretamente que

- (A) todas poderão ser descartadas no momento de sua aposentadoria.
- (B) deverão ser guardadas pelo prazo mínimo de cinco anos desde sua produção.
- (C) todas deverão ser descartadas quando ela se aposentar do trabalho.
- (D) precisarão ser conservadas pelo prazo máximo de um ano desde sua confecção.
- (E) os documentos psicológicos do DETRAN não precisam ser guardados.

53

No exercício profissional, o psicólogo pode ser solicitado a emitir diferentes modalidades de documentos escritos, como declaração, atestado, relatório, laudo e parecer psicológico, cada qual com finalidade específica.

Nesse contexto, assinale a afirmativa correta acerca do atestado psicológico.

- (A) Consiste em um documento escrito que tem por finalidade registrar, de forma objetiva e sucinta, informações sobre o tempo de acompanhamento, dias e horários da pessoa atendida.
- (B) Consiste em um documento que, mediante exposição escrita, descritiva e circunstanciada, considera os condicionantes históricos e sociais da pessoa, grupo ou instituição atendida.
- (C) Visa a comunicar a atuação profissional em diferentes processos de trabalho já desenvolvidos ou em desenvolvimento, podendo gerar orientações, recomendações, encaminhamentos e intervenções.
- (D) Deve apresentar os procedimentos e as conclusões gerados pelo processo de avaliação psicológica, limitando-se a fornecer as informações necessárias e relacionadas à demanda e relatar, dentre outros aspectos, o diagnóstico e o prognóstico.
- (E) Presta-se a comunicar o diagnóstico de condições mentais que justifiquem se a pessoa atendida está apta ou não para atividades específicas, como assumir cargo público, após realização de um processo de avaliação psicológica.

54

A Resolução CFP nº 31, de 15 de dezembro de 2022, estabelece diretrizes para a realização de Avaliação Psicológica no exercício profissional da psicóloga e do psicólogo, e regulamenta o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos - SATEPSI.

De acordo com a resolução, assinale a afirmativa correta.

- (A) Inventários e questionários são instrumentos abarcados pelos testes psicológicos.
- (B) A manutenção dos registros de atendimentos, no processo de avaliação psicológica, é facultativa.
- (C) Os relatórios de equipes multiprofissionais são fontes fundamentais de informação na avaliação psicológica.
- (D) Os registros de observação de comportamentos, obtidos por meio de técnicas de grupo, são fontes complementares de informação na avaliação psicológica.
- (E) Na realização de pesquisas para a produção de desenvolvimento de tecnologias, o psicólogo considerará a sexualidade e a orientação sexual como pertencentes à natureza inata da pessoa humana.

Psicologia Jurídica e Políticas Públicas

55

Considerando o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), analise as afirmativas a seguir sobre a concessão do benefício eventual na modalidade indicada, e assinale a opção de quem **não** terá direito à concessão do benefício provisório.

- (A) Elza, residente em área rural, teve sua moradia preservada após fortes chuvas que devastaram a comunidade, pleiteando auxílio por calamidade pública em razão do aumento do trajeto ao trabalho e da perda de documentos durante o deslocamento.
- (B) Após o falecimento de Enrico, único provedor da família, sua companheira Edyr, cuidadora de filho com TEA nível 3, poderá requerer auxílio funeral para despesas de velório e sepultamento.
- (C) Edna, em vulnerabilidade socioeconômica, deu à luz feto natimorto e necessita de apoio material e psicossocial no pós-parto, podendo requerer auxílio natalidade mesmo sem contribuição previdenciária.
- (D) Elma, viúva, mãe solo de criança de 2 anos, desempregada e sem rede de apoio, em risco de perda da moradia, requer benefício eventual por vulnerabilidade temporária.
- (E) Eny, empregada formal, perdeu residência e bens essenciais em desabamento causado por incêndio próximo à sua casa, requerendo auxílio por situação de calamidade pública.

56

Considerando a Resolução CFP nº 008/2010, analise as afirmativas a seguir sobre a atuação do psicólogo perito e do assistente técnico no âmbito do Poder Judiciário.

- I. O trabalho pericial pode incluir entrevistas, observações, visitas domiciliares e institucionais, testes psicológicos e outros instrumentos reconhecidos, devendo tais procedimentos respeitar a dignidade do periciando e dialogar com o princípio da integralidade, ao considerar o sujeito em sua multidimensionalidade.
- II. O psicólogo assistente técnico, por ser profissional de confiança da parte, pode acompanhar presencialmente os procedimentos realizados pelo perito, desde que não interfira na condução técnica, garantindo o contraditório e a ampla defesa.
- III. O assistente técnico exerce função de assessoramento à parte, podendo elaborar quesitos e pareceres críticos, não estando sujeito a impedimento ou suspeição, diferentemente do perito, o que se articula com a lógica de equidade ao assegurar equilíbrio técnico entre as partes.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

57

Análise as afirmativas a seguir sobre a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) no contexto do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o papel do psicólogo no sistema, e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A PNAS adota a matricialidade sociofamiliar como eixo estruturante, tendo a família como núcleo central de intervenção, visando ao fortalecimento de vínculos afetivos, familiares e comunitários e à proteção integral dos sujeitos.
- () Em relação à efetivação dos direitos socioassistenciais e à proteção da pessoa com transtorno mental em conflito com a lei, o TJSC implementa a Política Antimanicomial do Poder Judiciário, articulando fluxos de atenção, desinstitucionalização e integração com a RAPS e o SUAS.
- () A atuação do psicólogo no SUAS deve promover o reconhecimento dos usuários como sujeitos de direitos, articulando fenômenos psicológicos à realidade social, histórica e territorial, sem fragmentação do sujeito, mas inserindo sua subjetividade no contexto social.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – V.
- (B) F – V – F.
- (C) V – V – F.
- (D) F – V – V.
- (E) V – V – V.

58

A interface entre a Psicologia e o campo jurídico tem proporcionado importantes avanços para ambas as áreas, ao favorecer uma compreensão mais ampla e interdisciplinar das demandas relacionadas ao conflito com a lei, contemplando a análise integral dos aspectos subjetivos, sociais e institucionais envolvidos.

Quanto à atuação do psicólogo, assinale a afirmativa que descreve corretamente uma de suas atribuições nesse campo de atuação.

- (A) Elaborar documentos psicológicos para o Sistema de Justiça, sempre voltados à garantia do Direito Penal e à preservação do cumprimento da pena de forma integral, respeitados o sigilo, a autonomia profissional e a técnica.
- (B) Realizar procedimentos técnicos de acolhimento, orientação, avaliação e encaminhamento de todos os indivíduos ligados ao fenômeno da violência, inclusive com objetivos preventivos.
- (C) Oferecer atendimento psicológico às vítimas de pessoas privadas de liberdade e submetidas à medida de segurança, se apresentar indicação da psicopatologia de referência e do tempo estimado de tratamento, bem como prestar atendimento às respectivas famílias.
- (D) Promover intervenções para a solução de conflitos por meios autocompositivos, como negociação, mediação, contratação particular, intermediação arbitrária, conciliação, práticas restaurativas e convenções processuais prévias.
- (E) Analisar a violência em uma dimensão restritiva ao caso concreto, excluindo a desigualdade estrutural por meio de atuação interseccional e em interlocução com espaços de formulação, gestão e execução das políticas, além de contribuir na formulação, análise, problematização, revisão e interpretação das leis.

59

A escuta qualificada e o acolhimento de crianças e adolescentes vítimas de violência devem ser realizados sob rigor ético e técnico, com base na proteção integral e no cuidado centrado na singularidade, dignidade e segurança do sujeito.

Sobre os pontos abordados, assinale a afirmativa correta.

- (A) O acolhimento depende de processos disciplinares prévios, embora se integre ao sistema de enfrentamento das violências, que inclui medidas de prevenção, detecção, proteção e responsabilização.
- (B) O entrevistador deve assegurar a narrativa livre e espontânea da criança ou adolescente, podendo interromper o relato e priorizar perguntas previamente elaboradas pelo magistrado, além de realizar outras sugestionáveis, em linguagem adequada à faixa etária e ao desenvolvimento, visando à verdade.
- (C) A escuta especializada é realizada na rede de proteção, pública e privada, em caráter protetivo e punitivo, visando ao cuidado e acolhimento da criança ou adolescente, respeitando o tempo subjetivo e culminando no cumprimento da pena.
- (D) Para a análise do caso concreto, não considera o contexto familiar e social e somente após o trânsito em julgado orienta intervenções no SUAS e na rede intersetorial, sendo essencial ao aumento da notificação e à definição do caminho a seguir diante de situações de violência.
- (E) O depoimento especial possui caráter investigativo e finalidade probatória, destinado à apuração de situações de violência, visando à produção de prova em ambiente adequado, por profissional capacitado, para minimizar a revitimização e preservar a integridade psíquica e emocional.

60

Frente às ações de guarda e regulamentação de convivência familiar, a avaliação psicológica judicial constitui importante meio de prova, cuja materialização se dá por laudo psicológico pericial, documento técnico destinado a subsidiar o convencimento do magistrado.

Considerando a legislação aplicável, assinale a afirmativa correta.

- (A) O laudo psicológico pericial deve limitar-se à descrição subjetiva das narrativas dos genitores, sendo restrita a utilização de técnicas psicométricas, testes projetivos, relatórios escolares ou contato com outros profissionais à autorização judicial, em razão do princípio do contraditório.
- (B) A autonomia técnica do psicólogo autoriza a livre escolha dos métodos avaliativos, dispensando a explicitação, no laudo, dos procedimentos técnicos utilizados, bem como podendo inovar em métodos e aplicações, desde que a conclusão esteja em consonância com o melhor interesse da criança.
- (C) A escuta da criança ou do adolescente, em processos de guarda, possui finalidade eminentemente probatória, impondo-se ao psicólogo obter narrativa objetiva sobre os fatos litigiosos, ainda que isso a exponha ao conflito de lealdade entre pais e filhos.
- (D) A perícia psicológica em ações de guarda deve observar rigor técnico, explicitação metodológica e fundamentação científica, podendo envolver entrevistas individuais, observação lúdica, análise documental, contato com a rede de cuidado e instrumentos psicológicos validados, sem reduzir a criança ao papel de produtora de prova judicial.
- (E) A presença de silêncio, ambivalência afetiva ou oscilação de vínculo da criança entre os genitores constitui elemento sem relevância pericial, por não representar manifestação verbal inequívoca, demandando repetir sessões até que se proceda avaliação validada.

61

A psicóloga escolar identificou, a partir de mudança comportamental significativa, indícios de que J., 6 anos, possa ter sido vítima de abuso sexual supostamente praticado por seu avô materno, com quem reside.

Considerando a legislação aplicável à escuta protegida de crianças e adolescentes, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A oitiva de J. deverá ocorrer por meio de escuta especializada no âmbito da rede de proteção, limitada ao relato estritamente necessário ao cumprimento de sua finalidade.
- () No caso de J., o depoimento especial seguirá o rito cautelar de produção antecipada de prova, podendo ser realizado por autoridade judiciária ou policial, quando necessário à proteção da vítima.
- () O profissional poderá adaptar as perguntas à compreensão de J. e lhe esclarecer o conteúdo da denúncia, inclusive mediante leitura de peças processuais durante a oitiva, sempre que necessário.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) V – F – V.
- (D) V – F – F.
- (E) V – V – V.

62

Natália, 48 anos, foi diagnosticada com transtorno bipolar e apresenta limitações funcionais que comprometem sua capacidade laboral, pleiteando o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

À luz da legislação vigente, assinale a afirmativa correta.

- (A) A concessão do BPC exige a interdição civil do beneficiário, independentemente de sua capacidade de discernimento para os atos da vida civil.
- (B) A garantia de um salário mínimo mensal independe da comprovação de incapacidade de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.
- (C) O acesso ao BPC depende de contribuição prévia mínima à Previdência Social de, ao menos, dez prestações.
- (D) O benefício é devido apenas quando houver incapacidade para a vida independente, sendo suspenso automaticamente em caso de internação, e tornando-se definitivo após dois anos.
- (E) Caberá ao Ministério Público realizar diligências e apurar eventuais irregularidades na gestão do benefício, podendo exigir prestação de contas quando administrado por curador, a fim de garantir sua utilização em favor do beneficiário.

63

À luz da Lei nº 15.240/2025, que alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), analise as afirmativas a seguir.

- I. O dever parental inclui convivência e assistência afetiva como dimensões essenciais do cuidado, integrando aspectos materiais e afetivos no desenvolvimento da criança e do adolescente.
- II. O abandono afetivo configura ilícito penal e pode gerar reparação civil, com função pedagógica e preventiva, por envolver a proteção da formação psicológica do menor.
- III. A escola atua como agente de proteção, devendo identificar violações de direitos que ultrapassem o ambiente escolar e se relacionem à realidade familiar do aluno, ressalvados os maus-tratos de natureza afetiva.

Está em conformidade com as alterações legais do ECA o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

64

A proteção da pessoa idosa configura-se como resultado de uma significativa mudança de paradigma jurídico e social, especialmente diante do envelhecimento populacional, que demanda respostas institucionais e psicossociais cada vez mais abrangentes.

A respeito da proteção jurídica da pessoa idosa e da atuação da psicologia jurídica, assinale a afirmativa correta.

- (A) A idade avançada implica automaticamente em incapacidade civil, frente à necessidade de retirar a condição de sujeito ativo do idoso pela perda natural e gradual da autonomia decisória.
- (B) A proteção ao idoso tem caráter exclusivamente assistencial, cuja necessidade de proteção e intervenção acontece mediante a existência de risco atual ou iminente e vulnerabilidade.
- (C) A pessoa idosa deixa de ser compreendida apenas sob a perspectiva da dependência e da assistência, passando a ser reconhecida como sujeito de direitos, com promoção da inserção social, fortalecendo o sentimento de pertencimento e a segurança psicológica, a partir da avaliação de sua capacidade no caso concreto.
- (D) A família não possui dever legal em relação ao idoso, quando a avaliação contextual, focar no melhor interesse da pessoa idosa, indicar que o afastamento é benéfico.
- (E) A proteção jurídica não possui impacto psicológico relevante, fundamentado na incapacidade de autoproteção, podendo ocorrer também em situações de vulnerabilidade ou violência, quando se responsabiliza o agressor com base em violência doméstica que prioriza a integridade física e patrimonial da pessoa idosa.

65

O psicólogo deve atuar com base em atualização teórica contínua, escuta empática e rigor ético, compreendendo a violência de gênero como fenômeno complexo e estrutural, a fim de evitar revitimização e promover autonomia, segurança e proteção integral da vítima.

Nesse contexto, é correto afirmar que

- (A) a mesma pena será aplicada para violência psicológica praticada com uso de tecnologias digitais, incluindo inteligência artificial, como nos casos de *deepfake* utilizados para humilhar ou ameaçar a vítima.
- (B) nos crimes sexuais, poderá haver redução de pena em razão da idade do agressor ou da ocorrência de prazos prescricionais, quando presentes circunstâncias legais que autorizem a diminuição da reprimenda penal.
- (C) o feminicídio acresce a pena na condição de qualificadora, conferindo maior visibilidade jurídica e reforço simbólico e penal.
- (D) existe a garantia de prioridade de atendimento no SUS, inclusive quanto à cirurgia reparadora para mulheres vítimas de violência, bem como a ampliação da rede de proteção, com funcionamento ininterrupto das delegacias da mulher e a concessão de auxílio-aluguel para mulheres em situação de risco.
- (E) nos casos de violência vicária, em que a conduta do agressor recai sobre filho menor com a finalidade de atingir a mulher, há incidência da Lei Maria da Penha e do ECA, excluindo outros dependentes ou pessoas sob sua responsabilidade.

66

M. é uma mulher trans e foi agredida por seu companheiro, R., que lhe desferiu golpes de faca, razão pela qual ela acabou saindo da residência em que ambos moravam.

Diante dessa situação, à luz das normas de proteção às mulheres em situação de violência e da atuação profissional da Psicologia na rede de proteção, analise as assertivas a seguir.

- I. Na atuação em rede de proteção, o psicólogo poderá contribuir para a requisição de medidas protetivas de urgência, inclusive o afastamento de R. do lar e a proibição de aproximação de M.
- II. Para M. não caberá encaminhamento a abrigo para mulheres, sendo vedada essa medida em razão de sua condição trans, não se inserindo a Psicologia na articulação desse tipo de acolhimento.
- III. No acompanhamento psicossocial, o psicólogo pode atuar na articulação da rede de proteção, incluindo o monitoramento eletrônico do agressor, com tornozeleira de delimitação de perímetro e sistema de alerta à vítima em caso de aproximação, como medida de proteção e prevenção.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

67

A atuação judicial e psicossocial em situação de risco envolvendo criança ou adolescente que manifesta o desejo de permanecer com o pai em contexto de abuso, mesmo após a fuga da mãe em razão de violência doméstica, deve observar parâmetros legais e técnico-profissionais.

Nesse contexto, é correto afirmar que

- (A) a manifestação de vontade da criança ou adolescente, ainda que em contexto de risco, possui caráter absoluto, impedindo a adoção de medidas coercitivas como a inversão de guarda, pois o princípio do melhor interesse da criança para o caso não permite relativizar sua autonomia e adiar a possibilidade da intervenção estatal.
- (B) a inversão de guarda somente pode ser determinada após o trânsito em julgado da ação principal, sendo vedadas medidas urgentes com base em cognição sumária, tendo o psicólogo a responsabilidade de impedir o impacto emocional de uma interrupção abrupta de vínculo.
- (C) a atuação do psicólogo judicial limita-se à descrição dos vínculos familiares, tendo capacidade técnica para sugerir dinâmica de vínculo patológico e o risco psíquico e físico, traduzindo comportamentos em indicadores técnicos.
- (D) em situação de risco grave à integridade física ou psicológica, a autoridade judiciária pode determinar medidas imediatas, como a inversão de guarda e retirada compulsória, com base em prova técnica psicossocial e no melhor interesse da criança.
- (E) a existência de vínculo afetivo entre a criança e o genitor afasta, por si só, a possibilidade de caracterização de situação de risco, sob a fundamentação de assistência afetiva fazer parte da proteção integral.

68

Considerando o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, analise as afirmativas a seguir acerca da escuta especializada e do depoimento especial.

- I. A escuta especializada consiste em procedimento de entrevista realizado perante órgão da rede de proteção, limitado ao relato estritamente necessário ao cumprimento de sua finalidade.
- II. O depoimento especial corresponde à oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência, perante autoridade policial ou judiciária, devendo, sempre que possível, ser realizado uma única vez.
- III. Em caso de violência sexual, o depoimento especial seguirá o rito cautelar de produção antecipada de prova.
- IV. A escuta especializada possui natureza probatória judicial e substitui integralmente o depoimento especial sempre que realizada por psicólogo do Poder Judiciário.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) III e IV, apenas.

69

Salvador, 84 anos, viúvo, aposentado, apresenta diagnóstico de comprometimento cognitivo grave, com prejuízo de memória e autonomia, sem interdição judicial formalizada. Seu filho único, Marcelo, administra seu patrimônio por procuração particular, passou a realizar empréstimos consignados sucessivos, reter o cartão do benefício previdenciário do pai e omitir informações sobre saldo bancário. Em determinada ocasião, Marcelo dirigiu-se à instituição bancária para contratar novo empréstimo ao idoso, o qual foi negado pela funcionária Lúcia, que alegou superendividamento ponto. Diante da gravidade da situação, a funcionária fez uma denúncia anônima às autoridades competentes. Em ação penal, o magistrado nomeou o psicólogo do TJSC, João, como perito, para avaliar a vulnerabilidade cognitiva e a autonomia da vítima ao tempo dos fatos. João e Marcelo possuem vínculo social pretérito, mantendo contato atual.

À luz do Estatuto da Pessoa Idosa, do Código Penal, do Código de Processo Penal e da técnica pericial psicológica, assinale a afirmativa correta.

- (A) A ausência de interdição impede o reconhecimento dos crimes do Estatuto da Pessoa Idosa, devendo o caso ser analisado apenas pelo Código Penal; apenas Lúcia responde por discriminação. João pode atuar como perito, pois vínculo social remoto não gera suspeição.
- (B) A perícia psicológica depende de curatela ou decisão apoiada, e o vínculo social entre perito e investigado não interfere na atuação. A negativa de crédito por superendividamento não constitui crime.
- (C) A conduta de Marcelo não se enquadra no Estatuto da Pessoa Idosa, apenas em agravante no Código Penal. João deve declarar suspeição e se afastar da perícia por vínculo pessoal.
- (D) A ausência de interdição não impede a configuração dos crimes. A conduta de Marcelo configura crime previsto no Estatuto da Pessoa Idosa. A denúncia anônima pode iniciar investigação. A perícia psicológica deve se restringir à avaliação atual da vítima, sendo vedada a reconstrução retrospectiva do estado cognitivo ao tempo dos fatos.
- (E) A ausência de interdição não impede crimes, e Lúcia está protegida pelo Estatuto em razão do superendividamento. A denúncia anônima pode iniciar investigação. João deve se afastar, pois declaração de imparcialidade não afasta suspeição objetiva.

70

À luz do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), considerando a organização jurisdicional voltada à tutela de seus direitos e as competências típicas de uma Vara Especializada da Pessoa Idosa, assinale a opção que descreve incorretamente situação abrangida por sua atuação jurisdicional.

- (A) Antunes, 73 anos, é investigado pela prática de crime de natureza sexual contra terceiro, sendo instaurado procedimento criminal para apuração dos fatos.
- (B) Benedito, 69 anos, pretende formalizar contrato de união estável com seu companheiro, enfrentando resistência familiar quanto à administração de seus bens.
- (C) Cassiana, 67 anos, artesã catarinense, teve enorme prejuízo pois sua entrega foi extraviada por empresa prestadora de serviço público, tendo ela executado a empresa pela responsabilidade de seu prejuízo.
- (D) Deni, 82 anos, residente em instituição de longa permanência, apresenta quadro de isolamento social, ausência de visitas familiares e indícios de negligência afetiva, sendo comunicada a situação ao Ministério Público.
- (E) Emerildo, 72 anos, tem o patrimônio administrado pelo filho mas há suspeita de apropriação indevida e necessidade de pedido de prestação de contas, bloqueio de bens e proteção patrimonial.

Psicologia Educacional, Saúde Mental e Ética

71

A Reforma Psiquiátrica brasileira, institucionalizada pela Lei nº 10.216/2001, teve origem no processo de redemocratização do país, especialmente a partir das décadas de 1970 e 1980, período em que emergiram movimentos sociais como o Movimento da Luta Antimanicomial.

Considerando os princípios da Reforma Psiquiátrica brasileira e as diretrizes da Política Nacional de Saúde Mental dela decorrentes, é correto afirmar que as ações de saúde mental devem ser pautadas pela(o)

- (A) expansão das Comunidades Terapêuticas para a oferta assistencial a dependentes de álcool e outras drogas.
- (B) denúncia da insuficiência de leitos para internação psiquiátrica e da precariedade do atendimento às emergências psiquiátricas.
- (C) valorização das técnicas clínicas consagradas nos Centros de Atenção Psicossocial, em detrimento dos dispositivos grupais.
- (D) acolhimento e o respeito integral aos direitos de cidadania como fundamentos da qualidade da assistência em saúde mental.
- (E) fortalecimento da atuação do médico psiquiatra, em razão de sua histórica desvalorização na assistência à pessoa com transtorno mental.

72

Considerando a atuação da Psicologia nos Centros de Atenção Psicossocial e na Rede de Atenção Psicossocial, é correto afirmar que o cuidado em saúde mental, a partir do princípio de integralidade,

- (A) é uma construção do trabalho em equipe, voltada à inserção na rede e à potencialização do território.
- (B) busca a singularização dos usuários, privilegiando a clínica individual como dispositivo de fortalecimento subjetivo.
- (C) é fundamentado nos modelos hegemônicos do campo da saúde, nos quais o trabalhador atua sobretudo como agente técnico.
- (D) é garantido pela implementação de macropolíticas formuladas no nível federal, com restrita autonomia para o nível local.
- (E) depende do vínculo estabelecido com os usuários, cabendo aos psicólogos sustentar o cuidado independentemente do apoio da equipe.

73

Com relação ao trabalho da Psicologia na Rede de Atenção Psicossocial para a oferta de cuidado à população em situação de rua, é correto afirmar que, esse trabalho

- (A) consiste principalmente na alocação da população em situação de rua em serviços de saúde mental.
- (B) fortalece-se, em consonância com os princípios das políticas públicas, pela valorização do saber especializado.
- (C) integra equipes técnicas que promovem a colaboração entre profissionais de diferentes disciplinas, em interlocução com outras áreas.
- (D) envolve articulação interdisciplinar e interprofissional para ampliar a capacidade de tutela disciplinar sobre a população em situação de rua.
- (E) contribui para uma análise homogeneizadora da população em situação de rua, em razão das múltiplas vulnerabilidades presentes nesse grupo.

74

Silvio, 15 anos, procurou a coordenação pedagógica de sua escola para relatar que vem sofrendo *bullying* por parte de colegas, que zombam de seu sotaque nordestino.

Uma intervenção de mediação escolar nessa situação terá como característica

- (A) a incriminação dos alunos que manifestam preconceito cultural.
- (B) a designação de um professor para arbitrar o conflito entre os alunos.
- (C) a intimação dos alunos e dos responsáveis legais para os círculos de construção de paz.
- (D) a facilitação do diálogo entre os envolvidos visando a solução autocompositiva do conflito.
- (E) a realização de palestras educativas para promoção da tolerância e do respeito às diferenças.

75

O juiz aplicou a Antonio uma medida de segurança de internação em um hospital de custódia pelo cometimento de um crime quando ele se encontrava em surto psicótico. Antonio ficou internado por 7 anos e perdeu os vínculos com sua família.

Diante do quadro apresentado e das diretrizes da Política Nacional de Saúde Mental, assinale a opção que apresenta a providência correta no interesse de Antonio.

- (A) Considerando a alta hospitalar, Antonio está pronto para retomar uma vida autônoma exercendo atividade laborativa.
- (B) Antonio poderá ser referenciado para um serviço residencial terapêutico e para o CAPS do território.
- (C) Com o final do cumprimento da pena, Antonio poderá ser transferido para um hospital psiquiátrico.
- (D) Antonio poderá se beneficiar da proteção de uma comunidade terapêutica, onde terá moradia e tratamento.
- (E) Como Antonio é incapacitado por doença mental, o juiz indicará um tutor para assumir os cuidados integrais necessários.

76

A dependência de telas e de jogos eletrônicos é hoje reconhecida como uma preocupante questão de saúde pública.

De acordo com as diretrizes de proteção à criança e ao adolescente no ambiente digital, constituem estratégias de prevenção:

- I. uma maior supervisão parental quanto à forma de uso das telas;
- II. a delimitação de tempo de uso de acordo com a faixa etária; e
- III. o incentivo a atividades de lazer *off-line*.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

77

Pedro, 9 anos, tem o diagnóstico de TDAH. A inclusão de alunos com TDAH em salas de aula regulares é uma tarefa desafiadora.

Dentre as estratégias recomendadas para o atendimento às necessidades de alunos como Pedro podemos apontar

- (A) o emprego de medidas disciplinares para a contenção da impulsividade.
- (B) a realização de tarefas escolares em espaço separado dos demais alunos.
- (C) a divisão das tarefas maiores em subtarefas para ajudar no foco e na realização.
- (D) a oferta de estímulos variados e constantes para evitar que o aluno se entedie.
- (E) a disponibilização de auxiliar para o acompanhamento nas atividades de higiene e alimentação.

78

A psicóloga Eliana integra a equipe técnica do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) e foi designada para atuar em procedimento que apura possível violação do direito à educação de duas crianças, de 8 e 10 anos, diante de informações de que ambas nunca frequentaram a escola. Durante entrevistas com Camila e José, pais das crianças, a profissional teve acesso a informações de natureza sigilosa sobre a família, sem relação com o objeto da avaliação e sem indícios de maus-tratos, negligência ou qualquer outra situação de risco.

Diante desse caso hipotético, é correto afirmar que

- (A) Eliana deve consignar todas as informações que ouvir em seu relatório.
- (B) a psicóloga necessita informar verbalmente tudo ao promotor e ao magistrado.
- (C) a profissional deve reportar nos autos apenas o que se relaciona ao Procedimento Administrativo.
- (D) ela tem o dever funcional de relatar tudo que escuta ao seu chefe hierárquico na equipe de Psicologia.
- (E) Eliana está subordinada tecnicamente ao promotor e deve relatar tudo que ouve para ele.

79

Acerca do fracasso escolar, de seus fatores associados e de seus impactos sociais, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Gera exclusão social, dificuldades de inserção no mercado de trabalho e perpetua o ciclo de pobreza.
- () Afeta notadamente as meninas brancas, estudantes de regiões centrais das cidades, de classe média.
- () Está relacionado à infraestrutura inadequada e ao racismo no ambiente escolar.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) F – F – F.
- (D) V – F – F.
- (E) V – F – V.

80

Susana foi aprovada como psicóloga em órgão do Poder Judiciário e, em sua primeira atuação profissional na instituição, foi designada para intervir em um procedimento envolvendo um paciente que já tinha sido atendido por ela.

Frente ao caso descrito, Susana

- (A) pode realizar as intervenções sem reservas, pois já finalizou os atendimentos no consultório.
- (B) precisa contar com a autorização do ex-paciente para atuar no processo.
- (C) deve se declarar eticamente impedida pela atuação profissional anterior.
- (D) necessita consultar o Conselho Regional de Psicologia, para que seja decidido qual deve ser sua conduta.
- (E) pode decidir livremente o que fará, pois sua atuação não está condicionada a conduta ética nesse caso.

Realização

